

EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NO SEMI-ÁRIDO: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA FORMAÇÃO DE SUJEITOS CRÍTICOS E AUTÔNOMOS¹

Elmo de Souza Lima / FSA

INTRODUÇÃO

Este trabalho é decorrente do processo de reflexão e inquietação vivenciado como filho do semi-árido, educador e participante de movimentos sociais populares, que debatem e lutam por políticas públicas que fomentem o desenvolvimento sustentável no semi-árido brasileiro, onde tivemos a oportunidade de vivenciar, de forma mais profunda, os elementos culturais que permeiam o cotidiano das pessoas e as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas do semi-árido que reafirmam o processo de dominação e controle da região.

Os conflitos e as angústias vivenciadas na trajetória profissional e militante quanto à situação de miséria e pobreza em que vivem as pessoas do semi-árido, diante de tantas riquezas naturais que se encontram na região, despertou a curiosidade e o desejo de compreender de forma mais aprofundada como se dá o processo de dominação e controle político nesta região e qual a influência da educação neste processo.

Para tanto, decidiu-se realizar um estudo da Unidade Escolar Antonio Gentil Dantas Sobrinho, no município de Pimenteiras – PI, na perspectiva de identificar “até que ponto as práticas pedagógicas desenvolvidas naquela escola têm dialogado com a cultura popular, possibilitando a formação de sujeitos críticos e autônomos”.

No processo de pesquisa, optou-se pelo paradigma qualitativo, por considerar que ele apresenta aspectos técnicos e metodológicos que possibilitam uma melhor apropriação dos elementos a serem estudados neste trabalho. Como público prioritário decidiu-se trabalhar com alunos, professores, coordenadores pedagógicos e diretor, devido à importância destes sujeitos na construção das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola.

Portanto, no decorrer do trabalho, procura-se refletir sobre a construção do currículo das escolas do semi-árido, identificando os avanços e desafios vivenciados no processo de construção de um currículo contextualizado e de práticas pedagógicas que dialogue com a cultura local e os saberes e experiências das comunidades locais.

1. EDUCAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO: AVANÇOS E DESAFIOS

O semi-árido brasileiro é uma região que abrange cerca de 900 mil quilômetros de extensão, envolvendo 1.311 municípios em 11 Estados brasileiros, com uma população de 26,4 milhões de pessoas, sendo 11 milhões de crianças e adolescentes.

¹ Este artigo é uma síntese da monografia apresentada no Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior da Faculdade Santo Agostinho como requisito parcial à obtenção do título de especialista.

No Piauí, o semi-árido abrange uma área 125.692 km², correspondendo a 57% da área total do Estado e 13,96% da área do semi-árido brasileiro. É uma região de clima meio árido marcada por irregularidades de chuvas, que varia entre 500 a 700mm anuais, tendo como vegetação predominante a caatinga. Envolve 150 municípios (70% dos municípios piauienses) e uma população de, aproximadamente, 1 milhão de pessoas.

Nesta região é possível identificar os mais variados problemas enfrentados pela população empobrecida: a dificuldade de acesso água e alimentos em quantidade e com boa qualidade para o consumo humano, principalmente, nos períodos de estiagem prolongada. Esse problema é fruto da estrutura excludente que predomina na área, baseada na concentração de terra e de água, além da dificuldade de acesso da agricultura familiar aos meios e recursos necessários à produção agrícola e pecuária.

É uma região que concentra grande parte da população de baixa renda e os mais baixos indicadores sociais do Brasil. Segundo dados do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), de cada 5 pessoas que vivem nesta região, 4 pertencem a famílias cuja renda per capita é menos do que 0,5 salário mínimo (GOMES FILHO, 2003).

Apesar de ser conhecida, pela maioria das pessoas, devido o alto índice de pobreza, o semi-árido tem grandes potencialidades tanto na área turística como na área da produção de alimentos, como o mel, o caju, a cabra e tantas outras atividades que se adaptam as características geoambientais da região.

Os principais problemas do semi-árido não são decorrentes somente das questões climáticas e ambientais, mas dos problemas sociais e políticos vivenciados historicamente. Desde a colonização essa região vem sofrendo com a má utilização do meio ambiente, que passou a ser devastado para criação de gado, provocando um desequilíbrio ambiental; e a grande concentração da terra e da água, que consolidou o processo de dominação política pautado no autoritarismo e no abuso de poder dos “coronéis”, contribuindo definitivamente para a implementação de uma cultura política baseada na submissão, no comodismo, no paternalismo e no clientelismo.

No entanto, com o avanço do desenvolvimento no sul e sudeste do país, a Região Nordeste começa a perder prestígio político e os coronéis passam a enfrentar problemas financeiros. Com isto, constrói-se um novo discurso sobre a região, caracterizando-a como espaço da fome e da pobreza. Essa narrativa foi disseminada pelos meios de comunicação e passou a fazer parte do imaginário social do país, sensibilizando o governo para enviar recursos com o objetivo de acabar com a fome e, principalmente,

com a seca, fenômeno responsável pela miséria desta região, segundo a elite política da época, sendo que tais recursos serviam para aumentar as riquezas destes grupos.

Entretanto, verifica-se que o discurso de semi-árido como espaço de pobreza e miséria também foi incorporado nas narrativas educacionais, construindo no imaginário da sociedade brasileira uma realidade e uma verdade sobre o semi-árido que nem sempre condizia com a realidade vivenciada pelas pessoas.

Segundo Mattos (2004), a educação desenvolvida no semi-árido é construída sobre valores e concepções equivocadas sobre a realidade da região. Uma educação que reproduz em seu currículo uma ideologia preconceituosa e estereotipada que reforçam a representação do semi-árido como espaço de pobreza, miséria e improdutividade, negando todo o potencial dessa região e do seu povo.

O fato das escolas incorporarem em seu currículo representações que caracterizam as pessoas dessa região como “coitadinhas”, “pobrezinhas”, “incultas”, construindo uma caricatura, um estereótipo de sertanejo carregado de preconceito, merece uma análise cuidadosa. Essa pode ser uma estratégia de neutralização das pessoas pela inferiorização de sua cultura.

De acordo com Foucault (apud COSTA, 2002), as relações de poder são estabelecidas principalmente no campo da cultura e da subjetividade. Nesse caso, nota-se que ao inferiorizar a cultura do outro e desvalorizar os seus saberes, se estabelece uma relação de controle e de poder, onde por meio do currículo, torna-se possível construir e/ou fabricar um modelo de identidade padrão para homens e mulheres.

Analisando as práticas pedagógicas desenvolvidas no semi-árido brasileiro, Martins (2004, p. 34) avalia que *“a educação escolar que se dirige aos vários pontos da imensidão do território brasileiro, é uma educação descontextualizada e, por sê-lo, é também colonizadora, ou seja, ela se dirige hegemonicamente de uma determinada realidade – atualmente majoritariamente esta realidade é a do sudeste urbano do Brasil”*. Com isso, ignora a diversidade cultural que envolve as várias regiões do país.

Diante disso, Martins e Lima (2001) propõem que seja desenvolvido um trabalho de descolonização da educação por meio da construção de uma educação contextualizada que favoreça um diálogo permanente entre o conhecimento científico e o saber popular, entre o que se aprende na escola e a possibilidade concreta do desenvolvimento humano sustentável.

Uma educação que busque c

ontextualizar o ensino-aprendizagem com a cultura local, considerando as potencialidades e limitações do semi-árido, num espaço de promoção do conhecimento, de produção de novos valores e a divulgação de tecnologias apropriadas à realidade semi-árida, construindo uma ética de alteridade na relação entre natureza humana e não humana.

A educação contextualizada no semi-árido deve buscar não só preparar os/as jovens para o mundo do trabalho e da produção. Para Gadotti, a educação deve defender ainda:

a valorização da diversidade cultural, a garantia para a manifestação ético-político e cultural das minorias étnicas, religiosas, políticas e sexuais, a democratização da informação e a redução do tempo de trabalho, para que todas as pessoas possam participar dos bens culturais da humanidade [...] é também uma pedagogia da educação multicultural (GADOTTI, 2005:10).

Portanto, construir uma proposta de educação contextualizada no semi-árido exige que os professores procurem re-aprender a aprender para poder ajudar o seu aluno/a a tornar-se um aluno-pesquisador de sua realidade. O aluno/a aprende refletindo sobre sua ação e interagindo no meio social, já o professor, amplia seu olhar sobre o mundo no momento em que se desafia a pensar sobre sua prática no processo de reflexão-na-ação (SCHÖN, 1995).

Uma proposta de educação contextualizada no semi-árido não pode limitar-se somente aos aspectos pedagógicos, precisa assumir um caráter político-pedagógico de transformação. Não pode ser um processo educativo desenvolvido de forma mecânica e dentro de quatro paredes sem considerar e envolver os elementos sociais e culturais, que tanto influenciam a vida dos sujeitos sociais. Deve ser uma educação construída e discutida no contexto histórico dos sujeitos sociais envolvidos com a proposta pedagógica, pois não se pode trabalhar uma educação sem vida, sem sentimento, sem politicidade, pois a educação está em constante movimento e, como afirma Freire (1987), não pode ser desenvolvida sem ser concebida como um ato político, com grande poder de transformação social.

Neste caso, não é qualquer tipo de educação que vai preparar o sujeito para enfrentar o desafio de construir um semi-árido justo, solidário e sustentável, por isto, é preciso pensar uma educação que se constrói no seio da sociedade, tendo a vida e a história do povo como ponto de partida para uma reflexão do mundo.

1.1. Construindo a proposta de educação contextualizada no semi-árido

O debate sobre a proposta de uma educação contextualizada vem ganhando espaço entre as organizações e entidades da sociedade civil e tem conseguido envolver

várias secretarias municipais e estaduais de educação para pensar coletivamente uma proposta que valorize as riquezas do semi-árido e possibilite um ensino mais significativo para os jovens.

Desde a década de 90, diversas organizações não governamentais e movimentos sociais construíram uma nova concepção de desenvolvimento sustentável, pautado no princípio da convivência com as características sócio-ambientais do semi-árido. Uma proposta que pretende fazer com que as pessoas conheçam o semi-árido e busquem criar alternativas para se adaptarem às condições naturais dessa região.

Com base nesta concepção da “convivência com o semi-árido”, buscou-se mostrar para as comunidades que é possível construir alternativas de desenvolvimento sustentável para a região, através da implementação de políticas públicas, considerando as potencialidades e os limites do seu ecossistema, ou seja, para que houvesse uma melhoria da qualidade de vida das pessoas, elas precisavam re-aprender a conviver com sua realidade, incorporando um novo jeito de se relacionar com o meio ambiente.

No entanto, verificou-se que a mudança nas condições socioeconômicas das famílias dependia de um amplo processo de formação, baseado nos princípios da convivência com o semi-árido. Uma formação que fosse capaz de sensibilizar as pessoas, despertando um novo olhar e novas perspectivas de vida no sertão, ou seja, precisava-se des-construir todo um conjunto de verdades construídas ao longo dos anos, que estava impregnado sobre o imaginário daquelas pessoas, resultando num estado de descrença sobre as reais possibilidades de se construir uma política de desenvolvimento sustentável para a região.

Diante desta constatação, um grupo de organizações sociais decidiu desenvolver, no final da década de 90, um processo de formação para professores, na região de Juazeiro – BA, que pudesse aproximar as atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas às discussões sobre a proposta de convivência com o semi-árido.

Com esse trabalho, foi possível perceber que a proposta de educação contextualizada no semi-árido contribui significativamente na afirmação da identidade das pessoas dessa região, pois propicia aos sujeitos a apropriação de seus passos históricos, resultando num processo de emancipação e valorização da vida, como também procura zelar pelos valores culturais das comunidades. Sendo assim, essa proposta de educação vem contribuindo com o processo de libertação das pessoas por meio da valorização da vida, do seu lugar e de sua cultura.

É uma proposta de educação que, por se basear num processo de reflexão sobre a ação do sujeito na sociedade, possibilita uma compreensão histórica da relação homem/mundo. Essa compreensão ou tomada de consciência de si propicia um processo de afirmação e apropriação de sua própria identidade.

1.2. Tecendo a idéia de um currículo contextualizado no semi-árido

Para a concretização de uma proposta de educação contextualizada no semi-árido, precisa-se construir novas concepções de currículo que crie uma sintonia entre o que se ensina na escola com a realidade vivenciada pelos alunos.

Um currículo que contemple os conhecimentos universais, mas que também leve os jovens a conhecerem a vegetação, a fauna, os solos, o clima, o regime de chuvas, como também os processos históricos da região, que influenciaram na formação da sociedade, das relações sociais, dos padrões culturais, dos hábitos e costumes que são vivenciados cotidianamente pelas pessoas. Um currículo que favoreça a construção coletiva de conhecimentos e saberes sobre o semi-árido, possibilitando o desenvolvimento de projetos e ações de convivência com as condições ambientais e, também, possibilite uma mudança no paradigma que define a relação das pessoas com a natureza.

Segundo Souza (2005, p. 98),

o currículo contextualizado se fundamenta na idéia de que só é possível dar mais sentido ao processo ensino aprendizagem se este for construído considerando a historicidade dos sujeitos sociais, pautando-se, sobretudo, na complexidade de tais processos históricos.

Nessa perspectiva, os currículos das escolas do semi-árido precisam abrir-se para dialogar com os saberes e as experiências dos jovens, como forma de transformar suas vivências concretas num mecanismo de elevação da consciência crítica, tornando-os mais cientes do seu papel enquanto sujeito na construção de um semi-árido, onde as pessoas possam viver com mais qualidade de vida.

Na verdade, essa proposta de currículo contextualizado no semi-árido busca repensar a lógica do que se ensina nas escolas, incluindo novos conhecimentos e discussões do cotidiano das pessoas, como também, tenta criar uma nova dinâmica na relação entre a escola e a comunidade, integrando-as e proporcionando uma ação conjunta na construção de conhecimentos que fomentem o desenvolvimento sustentável.

Uma nova concepção de currículo que possibilita a construção de práticas pedagógicas voltadas para a formação de sujeitos críticos e autônomos, pois prioriza o diálogo com os vários

elementos da cultura popular que fazem parte do cotidiano e do imaginário das crianças. Essas idéias partem do princípio de que todo conhecimento origina-se das vivências significativas e dos conhecimentos acumulados pelos alunos desde seus primeiros anos de vida.

Na avaliação de Martins (2004), o objetivo desta proposta não é limitar o currículo das escolas do semi-árido ao contexto local, mas mostrar que as pessoas habitam fronteiras entre lá e cá, entre o local e o global e, por isto, é importante saber o que se produz neste local para poder melhor compreendê-lo numa dimensão mais global. Ou seja, precisamos compreender o mundo a partir da compreensão que temos sobre nós e sobre o nosso lugar.

Por apresentar-se como uma proposta aberta para dialogar com as experiências e os saberes de cada comunidade e grupo de professores, a concepção de currículo contextualizado no semi-árido vem se fortalecendo nos vários municípios que ousaram construir uma proposta de educação diferente, capaz de contribuir na formação de sujeitos que possam assumir novas posturas diante do ambiente semi-árido, contribuindo na formulação de alternativas que transformem as condições sociais, políticas e econômicas da região. Criando um novo cenário para o semi-árido, baseado na idéia da produção sustentável e solidária e na construção de um modelo de sociedade pautado nos princípios da solidariedade, da fraternidade e da justiça social.

Contudo, percebe-se que a proposta de currículo contextualizado no semi-árido não busca só compreender como funcionam as estruturas políticas e sociais, mas propõe a construção de um novo modelo de sociedade que se contrapõe ao modelo capitalista que dissemina as desigualdades e as injustiças sociais pelo mundo.

2. UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE

A educação desenvolvida no semi-árido piauiense ao longo dos anos apresentou diversas limitações e, durante muito tempo, foi considerada pelos gestores públicos como algo secundário. Por isto, não obteve os investimentos necessários na formação e remuneração dos professores, para melhoria da infra-estrutura e, até mesmo, na oferta de vagas.

Os reflexos deste descaso com a educação podem ser identificados com facilidade. O Estado ocupa o 24º (vigésimo quarto) lugar, entre os Estados brasileiros com o pior IDH (índice de desenvolvimento humano); tem cerca de 30% de pessoas analfabetas; ocupa o 25º (vigésimo quinto) lugar entre os Estados com maior índice de mortalidade infantil e tem um elevado índice de pessoas com baixa capacitação para desenvolver atividades que demandam planejamento e reflexão sobre os projetos a serem construídos (PIAUI, 2004).

Apesar dos dados desanimadores, o Estado dá sinais de avanços e nos últimos anos vem buscando recuperar o tempo perdido. Muitas ações vêm sendo desenvolvidas no sentido de qualificar os professores e montar uma estrutura mínima que transforme a educação num instrumento de fomento do desenvolvimento sustentável do Estado.

No entanto, os avanços no campo político-pedagógico ainda caminham num ritmo lento, o que não impede de reconhecer que os professores estão melhorando sua formação, por meio da participação em cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela UESPI (Universidade Estadual do Piauí), UFPI (Universidade Federal do Piauí) e faculdades particulares em vários municípios do Estado.

Neste caso, pode-se perceber que houve avanços no campo técnico-estrutural, mas os principais desafios a serem superados concentram-se no campo político-pedagógico. Os avanços ocorridos no campo da formação acadêmica, talvez não tenham criado as condições para os professores construírem um olhar mais progressista e inovador sobre a educação. Por isto, muitos profissionais continuam desenvolvendo práticas pedagógicas focadas numa concepção tradicional, que pouco contribui para a melhoria da educação oferecida para os jovens e, conseqüentemente, pouco tem possibilitado novas perspectivas de vida para estes alunos. Neste sentido, um diretor de escola assim se expressou:

os nossos professores ainda deixam muito a desejar. Os nossos professores não querem muito inovar, buscar, pesquisar. Nossos professores ainda não trabalham com a pesquisa. É aquela coisa restrita só aqui dentro da escola (Diretor 01).

Se analisarmos a atuação da educação no campo da transformação social e da formação de sujeitos críticos e autônomos, notar-se-á que os desafios são ainda maiores, pois faz-se necessário promover transformações institucionais mais profundas no currículo e na construção de práticas pedagógicas que possibilitem a construção de atividades pedagógicas diversificadas, que dialoguem com os saberes das comunidades e a cultura popular, favorecendo uma maior interação com os grupos sociais que atuam na comunidade.

2.1. O processo de construção do currículo

O processo de construção do currículo precisa ser compreendido como um momento importante na definição do rumo da educação que será desenvolvida pelas escolas. É por meio do currículo que se define o modelo de sociedade e o perfil de sujeito que se quer formar para atuar no semi-árido.

No entanto, percebe-se que a concepção de currículo que prevalece em muitas escolas do semi-árido piauiense ainda está limitada à compreensão de currículo enquanto atividade técnica e organizacional dos conteúdos. Por isto, os professores compreendem que o processo de construção do currículo limita-se a escolha do livro didático e a seleção dos conteúdos a serem trabalhados durante o ano letivo.

A atitude dos professores de limitar a concepção de currículo ao simples processo de seleção dos conteúdos, sem fazer uma ampla reflexão sobre os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais das comunidades e sem refletir sobre o tipo de sociedade que se quer construir e o perfil de sujeito necessário para atuar nesta sociedade, demonstra o desconhecimento que muitos profissionais da educação têm sobre a importância do currículo na definição da identidade dos sujeitos sociais e na afirmação do modelo de sociedade que será construído através da ação da escola. Nessa direção, Silva (1999, p. 15) diz que:

Nas discussões cotidianas, quando pensamos em currículo pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade.

Os professores precisam perceber que o processo de seleção de conteúdos para compor o currículo, não é algo meramente técnico, mas uma ação carregada de intenções políticas.

Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder (SILVA, Op. cit, p. 16).

Neste caso, todo ato pedagógico está envolvido numa relação de poder, num campo de disputa que nem sempre os professores têm consciência deste fato e participam deste processo. Na maioria das vezes professores e alunos são envolvidos neste jogo de poder como peças de xadrez que vão sendo manipuladas de acordo com os interesses dos grupos que detém o poder de controlar o sistema educacional.

No entanto, percebe-se que os professores já demonstram uma preocupação com relação aos conteúdos trabalhados em sala de aula. Quando se questiona se os conteúdos abordados pelas escolas atendem às necessidades dos alunos, tanto alunos como professores, afirmam que os conteúdos estão distantes da realidade dos jovens:

Atende em parte, [...] é por que hoje você não tem que trabalhar só conteúdo e sim a questão de formação de cidadãos críticos e participativos. Que essa é uma nova perspectiva. No novo planejamento já se vê isso. Mas eu acho que não atende não, tem muita coisa que precisa ser modificada ainda. [...] os conteúdos não têm uma relação direta com a vida dos alunos. O que tem é muito pouco. [...]. (Professora 01)

Esse depoimento confirma que as escolas do semi-árido oferecem uma educação descontextualizada e distante da vivência dos alunos. Essa postura de distanciamento da escola com relação à comunidade reflete, de certa forma, a visão de desprezo e desvalorização que ela tem dos saberes e da cultura local. Com essa visão imbuída de preconceitos com relação aos saberes populares, a escola se coloca na condição de instituição responsável pela disseminação de uma “cultura culta” que vai elevar o padrão de vida das pessoas das classes populares, tendo como referência o modelo estabelecido pelas classes dominantes.

Neste contexto, o processo de construção do currículo precisa ser compreendido como algo de grande responsabilidade política, pois envolve uma complexidade de elementos que vão influenciar diretamente na vida das pessoas e da comunidade. Por isto, precisa ser construído por meio de um processo bastante aberto e democrático, envolvendo os vários grupos sociais que estão diretamente envolvidos com a ação da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho pretende-se ampliar o debate sobre a proposta de educação contextualizada no semi-árido como alternativa para consolidação de uma política de desenvolvimento sustentável que tenha a educação como instrumento primordial no processo de formação e inquietação das pessoas, preparando e motivando-as a lutarem por uma vida melhor.

Diante das análises e observações realizadas, avalia-se que o atual momento é bastante oportuno para ampliar o debate sobre a educação contextualizada no semi-árido, já que há uma demanda da sociedade e uma grande exigência da comunidade acadêmica e escolar com relação à construção de uma proposta de educação que dê conta de debater os problemas políticos, sociais e econômicos vivenciados pela sociedade nos últimos anos. Como também possibilitou que fossem identificados alguns limites históricos que mantém uma relação intrínseca com a educação no semi-árido.

As escolas do semi-árido continuam utilizando práticas que, apesar de proporcionar algumas inovações didáticas, trazem em sua essência traços fortes de uma

educação conservadora, não estabelecendo uma discussão sobre a realidade local que ajude os alunos a construírem uma visão crítica sobre o mundo, enquanto isso, dedica-se boa parte do tempo à discussão de valores e saberes distantes da vida dos alunos, ou seja, é uma educação descontextualizada.

A ausência de um processo de formação de professores construído em sintonia com as reais necessidades políticas e pedagógicas das escolas torna-se um dos obstáculos para a construção de novas práticas pedagógicas que favoreça a formação de sujeitos críticos e autônomos. Nota-se que a formação desses professores limitou-se ao trabalho técnico-pedagógico, que pouco contribuiu na construção da autonomia pedagógica que os levassem a construir novas habilidades e competências, propiciando a aquisição de novos saberes e fazeres pedagógicos.

Verifica-se ainda que a educação desenvolvida no semi-árido piauiense, por ser construída a partir de referenciais político-pedagógicos conservadores que influenciam na formação dos profissionais, na construção do currículo e na definição dos instrumentos pedagógicos, é uma proposta de educação que tem dificuldade de estabelecer uma relação política e pedagógica com as comunidades que favoreça a construção de parcerias entre as escolas e as organizações sociais para a idealização de projetos e planos de ação que integrem as ações das escolas às atividades e lutas sociais desenvolvidas no cotidiano da sociedade.

Esse distanciamento dificulta a construção de práticas pedagógicas significativas para a vida dos alunos, como também, compromete o processo de formação de cidadão críticos e ativos, pois esse tipo de formação precisa ser forjado na relação do sujeito com o meio social.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Marisa Varraber. Currículo e política cultura. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org) **O Currículo nos limiars do contemporâneo**. 3 Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FILHO, José Farias Gomes. **Crianças e adolescente no Semi-árido Brasileiro**. Recife: Unicef, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e educação sustentável**. (online) disponível na internet via <http://www.antroposmoderno.com/word/pedadaterra.doc>. Extraído em 20 de agosto de 2005.

MARTINS, Josemar e LIMA, R. A. **Educação com Pé no Chão do Sertão: proposta político-pedagógica para as escolas municipais de Curaçá**. Curaçá – BA, 2001.

MARTINS, Josemar. Anotações em torno do Conceito de Educação para a Convivência com o Semi-árido. In: RESAB. Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro (Org). **Educação para a Convivência com o Semi-árido: Reflexões teóricas-práticas**. Juazeiro – BA: Secretaria da RESAB. Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro, 2004.

MATTOS, Beatriz & KUSTER, Angela (orgs). **Educação no contexto do semi-árido brasileiro**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

MORIN, Edgar. **A cabeça Bem-feita: Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PIAUI. Fundação CEPRO (Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí). **Guia de Bolso**. Teresina-PI, 2004.

SCHON, Donald A. Formar Professores como Profissionais Reflexivos. In: NOVOA, Antonio. **Os professores e a sua Formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autentica, 1999.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de. **A gestão do Currículo Escolar para o desenvolvimento humano e sustentável no semi-árido brasileiro**. São Paulo: Peirópolis, 2005.